UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

CURSO DE GEOGRAFIA BACHARELADO

CARLOS FELIPE SILVA

DESCRÉSCIMO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE RITÁPOLIS (MG): CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

SÃO JOÃO DEL-REI

Julho/2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

CURSO DE GEOGRAFIA BACHARELADO

CARLOS FELIPE SILVA

DESCRÉSCIMO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE RITÁPOLIS (MG): CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenadoria do Curso de Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito para obtenção do grau de Bacharelado em Geografia.
Orientador: Professor Doutor Márcio Roberto Toledo.

SÃO JOÃO DEL-REI
Julho/2021

CARLOS FELIPE SILVA

DESCRÉSCIMO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE RITÁPOLIS (MG): CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenadoria do Curso de Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito para obtenção do grau de Bacharelado em Geografia.
Orientador: Professor Doutor Márcio Roberto Toledo.

Aprovado em ____ de _____ 2021.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr. Orientador Márcio Roberto Toledo

_____

Ma. Francielle Silva

_____

Ma. Jadna Téssia Oliveira

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como principal objetivo investigar a dinâmica demográfica do município de Ritápolis (MG), ao considerar que a cidade em questão exibe um decréscimo populacional expressivo ao longo das últimas quatro décadas, assim como, identificar a causa da redução do número de habitantes e as consequências de tal fenômeno para o município. A metodologia utilizada neste estudo envolve, a princípio, a coleta de dados, relacionados às características socioeconômicas da cidade, em seguida, a interpretação das informações adquiridas, e por fim, a revisão bibliográfica, elaborada com base em autores e obras que oferecem subsídios para compreender o comportamento demográfico do município. Os resultados da análise dos dados indicam que a causa do encolhimento demográfico apresentado por Ritápolis corresponde à intensificação dos movimentos migratórios, sendo a busca por emprego um dos principais motivos que conduzem os habitantes do município a migrarem para outras cidades, já as consequências do esvaziamento populacional relacionam-se à perda de indivíduos economicamente ativos e ao recebimento de menos recursos públicos do governo estadual e federal, que levam em conta o número de habitantes dos municípios.

Palavras-chave: pequenos municípios, decréscimo populacional, migração.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização geográfica do município de Ritápolis (MG) 13
Figura 02: Distribuição da população de Ritápolis (grupos de idade) em 1991 26
Figura 03: Distribuição da população de Ritápolis (grupos de idade) em 2000 26
Figura 04: Distribuição da população de Ritápolis (grupos de idade) em 2010 27

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução da população do município de Ritápolis (MG) 17
Gráfico 02: Evolução da população do município de Coronel Xavier Chaves (MG) 17
Gráfico 03: Evolução da população do município de Resende Costa (MG) 18
Gráfico 04: Evolução da população do município de São Tiago (MG) 18
Gráfico 05: Evolução da taxa de natalidade e mortalidade em Ritápolis (2000-2012) ... 19
Gráfico 06: Evolução da taxa de fecundidade total em Ritápolis, de acordo com os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 20
Gráfico 07: Evolução da expectativa de vida em Ritápolis, de acordo com os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 21
Gráfico 08: Evolução da população urbana e rural de Ritápolis, de acordo com os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 25
Gráfico 09: Porcentagem das ocupações exercidas em Ritápolis em 2015 28
Gráfico 10: Distribuição percentual por classes de rendimento mensal de pessoas por domicílios (2010) 31

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Número de imigrantes residentes em Ritápolis, procedentes de outras cidades do estado de Minas Gerais e de outros estados, entre os anos de 2000 e 2010 22
Tabela 02: Número de emigrantes naturais de Ritápolis, que deixaram a cidade e seguiram em direção a outros municípios, entre os anos de 2000 e 2010 23
Tabela 03: Informações referentes à agropecuária exercida em Ritápolis, de acordo com o censo agropecuário 29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 06
OBJETIVOS 08
METODOLOGIA 08
Capítulo 01: Conceito e abordagens relacionadas aos movimentos migratórios 09
Capítulo 02: Localização, caracterização e histórico do município de Ritápolis 13
Capítulo 03: Caracterização socioeconômica e decréscimo populacional de Ritápolis . 16
Capítulo 04: Consequências do decréscimo populacional para Ritápolis 34
CONSIDERAÇÕES FINAIS 37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 39

INTRODUÇÃO

Em conformidade com os dados divulgados pelo IBGE, quase um quarto dos municípios brasileiros apresentaram uma redução do número de habitantes em 2017, sendo que, em mais da metade, as taxas de crescimento demográfico foram inferiores a 01%, e em 207 municípios, o crescimento populacional foi igual ou superior a 02%. Dentre os pequenos municípios que revelaram um esvaziamento populacional ao longo do tempo, menciona-se a cidade de Ritápolis (MG), que exibiu uma queda de 5.806 habitantes em 1980 para 4.562 em 2020. Nesse sentido, o estudo em destaque averigua o encolhimento do número de habitantes em Ritápolis durante as últimas quatro décadas e encontra-se dividido em quatro capítulos principais: o primeiro aborda o conceito e as abordagens relacionadas à migração; o segundo apresenta a localização, a caracterização e o histórico da cidade; o terceiro expõe as características demográficas e socioeconômicas do município, que contribuem para compreender as possíveis causas do decréscimo demográfico apresentado pela cidade; e o quarto e último capítulo revela as consequências da redução do número de residentes para o município.

Para compreender a dinâmica populacional do município de Ritápolis, torna-se necessário compreender, a princípio, o comportamento demográfico estadual e federal. À vista disso, vale assinalar que, até o início da década de 70, o Brasil exibia elevados indicadores de fecundidade e mortalidade, que experimentaram, desde então, queda acentuada, o que provocou profundas alterações no padrão demográfico brasileiro. Segundo os dados fornecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a taxa de fecundidade total, que em 1991 era de 2,7 filhos por mulher em Minas Gerais e no Brasil, reduziu para 1,8 filhos em 2010, tanto no estado quanto no país. A diminuição da taxa de fecundidade relaciona-se à preponderância de uma racionalidade econômica do comportamento reprodutivo e à supremacia de mudanças culturais que provocaram uma redução do número de nascimentos, mesmo com ausência de crescimento econômico (KIRK, 1996). Além das abordagens referidas, há outra cujo motivo, para a queda da fecundidade, é estritamente demográfico, compreendido a partir da redução dos níveis de mortalidade, dado que o aumento da sobrevivência de crianças torna possível atingir um determinado tamanho de família com um nível menor de fecundidade, visto que um número maior de crianças sobrevive até a idade adulta.

No que se refere aos indicadores de mortalidade, os dados do PNUD apontam que o Brasil apresentou, desde meados do século passado, uma queda gradual das taxas de mortalidade e elevação da esperança de vida ao nascer, processo que se acentuou a partir da década de 70, e que se verificou, em todas as unidades federativas. Em Minas Gerais, a taxa de mortalidade infantil revelou um decréscimo acentuado de 35,4 óbitos por mil nascidos vivos em 1991 para 15,1 em 2010, enquanto no Brasil esta mesma taxa passou de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos em 1991 para 16,7 em 2010. Ervatti et al. (2015) reiteram que diversas ações foram introduzidas com o propósito de reduzir tanto a mortalidade infantil como a mortalidade em todas as idades, campanhas de vacinação em massa, atenção ao pré-natal, aleitamento materno, agentes comunitários de saúde e o Programa Saúde da Família com início em 1994. Além das ações mencionadas, existem ainda outros fatores que contribuíram para a redução do nível de mortalidade, como o aumento da renda, da escolaridade e da proporção de domicílios com saneamento básico adequado, sendo a resultante imediata, a diminuição dos níveis de mortalidade e o consequente aumento da expectativa de vida dos brasileiros.

Em relação à esperança de vida ao nascer, essa experimentou um processo contínuo de elevação ao longo das últimas décadas tanto em Minas Gerais como no Brasil, sendo os indicadores mineiros mais elevados do que os brasileiros. Os dados do PNUD revelam que a esperança de vida ao nascer em Minas Gerais em 1991 passou de 66,4 anos para 75,3 anos em 2010, à medida que os indicadores brasileiros correspondiam a 64,7 anos em 1991 e a 73,9 anos em 2010. O estado de Minas Gerais ocupou a sexta colocação (77 anos) entre os estados brasileiros com maior esperança de vida ao nascer em 2015. Quanto aos movimentos migratórios, o estudo elaborado pela Fundação João Pinheiro (2003) mostra que Minas Gerais apresentou, entre as décadas de 60 e 70, um saldo migratório negativo de 1,5 milhão de pessoas, que equivalia a uma taxa líquida migratória negativa superior a 10% da população do estado, com os emigrantes se dirigindo preferencialmente a São Paulo. Os números referentes aos processos emigratórios diminuíram substancialmente entre 1981 e 1991, no entanto ainda se mantiveram bastante elevados com saldo negativo de 887 mil migrantes, e taxa migratória de -5,6%, tal queda é atribuída essencialmente à forte recessão econômica do país, que restringiu a capacidade de atração migratória dos grandes centros industriais, determinou a redução

do fluxo emigratório de Minas Gerais para São Paulo, assim como, provocou o fenômeno da migração de retorno, já em 2010, o estado exibiu uma taxa migratória de -0,07%.

OBJETIVOS

A pesquisa em evidência tem como principal finalidade compreender a dinâmica populacional do município de Ritápolis, na medida em que a cidade em questão, ao contrário dos municípios limítrofes, apresenta um decréscimo expressivo do número de habitantes ao longo das últimas quatro décadas, comparado com os dados apresentados pelos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diante desse propósito mais amplo, podem ser descritos os seguintes objetivos específicos: constatar, a partir da análise dos dados referentes às características demográficas e socioeconômicas do município, as causas responsáveis pela redução do número de habitantes em Ritápolis, e as consequências do esvaziamento populacional para a cidade, bem como, refletir a respeito de alternativas a serem adotadas pelos legisladores e executores das políticas públicas do município para conter tal fenômeno.

METODOLOGIA

Levando em consideração que o presente estudo em questão tem como principal objetivo analisar o decréscimo significativo do número de habitantes em Ritápolis durante as últimas décadas, a metodologia utilizada nesta pesquisa envolve, em um primeiro momento, a fim de compreender a dinâmica demográfica da cidade, a coleta de dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e na Fundação João Pinheiro (FJP), relacionados às características socioeconômicas do munícipio. Em seguida, os dados obtidos são organizados em tabelas e gráficos, e posteriormente, analisados e interpretados, com o intuito de identificar as possíveis causas da redução do número de habitantes em Ritápolis, bem como, as consequências do encolhimento populacional para o município em estudo. Por fim, a revisão bibliográfica é elaborada com base em autores e obras que oferecem subsídios, quanto às características demográficas, políticas, econômicas e sociais dos pequenos municípios, que determinam a ocorrência do esvaziamento demográfico.

Capítulo 01: Conceito e abordagens relacionadas aos movimentos migratórios.

Conforme Becker (2006), o termo migração pode ser definido como mobilidade espacial da população. Sendo assim, um mecanismo de deslocamento populacional que remetem reflexos que modificam as relações socioespaciais de um determinado espaço geográfico. Salim (1992) compreende a migração como um fenômeno que promove não apenas o deslocamento de pessoas, porém que representa todo um processo de transformação pessoal, social e econômica, atrelado à historicidade desse movimento. A migração, por fazer parte dos aspectos demográficos relacionados às transformações sociais, econômicas e estruturais, constitui um importante meio de crescimento ou de decréscimo populacional de uma sociedade. Dessa maneira, o deslocamento de indivíduos determina fatores que influenciam outros elementos demográficos, como a fecundidade, a mortalidade e as relações de classe, definem a composição do mercado de trabalho. Para Cunha (2012), é fundamental analisar como a população de um determinado território transforma-se, ao longo de um período, pela movimentação de pessoas que incrementam ou reduzem o seu tamanho e a sua composição.

> A migração é em si um fenômeno geográfico que possui implicações territoriais e existenciais. É um fenômeno que envolve tanto materialidade, a produção social e por estas perspectivas, deve ser entendida. É na experiência da migração que buscamos compreender o que é ser migrante. Assim, migrar é sair do seu lugar, envolvendo processos de desterritorialização e reterritorialização, que não são necessariamente ordenados (BRUMES, 2010, p. 24).

Nessa perspectiva, a migração pode ser considerada um problema demográfico, já que a mesma influencia a dimensão das populações tanto nos locais de origem, quanto nos locais de destino, é um problema econômico pois muitas mudanças demográficas são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas, pode ser um problema político, tal é particularmente verdade em migrações internacionais, em que restrições e condicionantes são aplicadas àquelas pessoas que pretendem atravessar uma fronteira política, envolve a psicologia social, ao passo que o migrante está envolvido em um processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a personalidade daquele que migra desempenha um papel importante no sucesso com que se integra à sociedade de acolhimento e por fim, também um problema sociológico, visto que a estrutura social e o

sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante (PEIXOTO, 2004).

No que diz respeito aos deslocamentos populacionais, Vasconcelos (2012) salienta que tais deslocamentos variam, conforme as formas, durações e escalas, e realizam-se em diversas épocas e lugares, o que os torna importantes para a construção histórica de qualquer espaço. Dessa forma, é possível dividir as análises sobre mobilidade espacial em duas abordagens: a abordagem micro ou neoclássica-funcionalista e a abordagem macro ou estruturalista. A primeira é representada por autores neoclássicos e relaciona-se ao mercado de trabalho, ao modelo *push-pull* e ao caráter individual do processo migratório, enquanto a segunda, determinada por autores neomarxistas, tem por pressuposto o deslocamento de grupos sociais e os fatores econômicos como motivação para migrar. Em conformidade com Hoyle (1998), a mobilidade faz parte das pré-condições do desenvolvimento político e cultural de um povo, pois as pessoas necessitam estar em constante movimento para realizarem atividades relacionadas ao trabalho, ao consumo de bens e serviços, ao lazer, à educação, às práticas religiosas e culturais.

A mobilidade espacial neoclássica caracteriza-se pelos fatores pessoais dos migrantes e por desconsiderar a complexidade social. Um dos precursores dessa corrente foi Ravenstein (1980), que no final do século XIX, em estudos sobre migração interna na Inglaterra, demonstrou a relação entre as atividades econômicas e os deslocamentos espaciais da população. O autor focalizou o indivíduo e desconsiderou as estruturas históricas e o contexto social como fatores de migração, porém entendia a distância, a migração por etapas, a configuração das correntes e contracorrentes, a predominância da migração feminina, a tecnologia e a tendência das migrações gerar movimentos sucessivos a partir de áreas próximas a um centro industrial ou comercial como responsáveis pela seleção positiva dos indivíduos que migram. Na concepção do autor, a principal causa dos deslocamentos de população era a oferta de mão de obra em centros industriais e comerciais, somado ao desenvolvimento de novas tecnologias e novas formas de transporte, que influenciava a distribuição de pessoas entre as regiões.

Para Lee (1980), a decisão de migrar é seletiva quando se vincula a uma decisão racional entre os chamados fatores positivos (capazes de atrair migrantes) e negativos (expulsar), o que implicaria sempre na existência de lugares de origem, lugares de destino e uma série de obstáculos intervenientes, assim sendo, a decisão de migrar nunca é

completamente racional, os contatos pessoais e os sistemas de informação, aos quais o migrante tem acesso são de fundamental importância na decisão de migrar. Todaro (1969) define o migrante como um indivíduo racional que decide migrar a partir de um ordenamento hierárquico de preferências e de um cálculo de custos e benefícios do local escolhido que possa ser mais produtivo, tendo uma expectativa de retorno positivo geralmente monetário. Em suma, a abordagem neoclássica, que incluem dimensões macro e micro tem um viés economicista da migração. Para tais autores, os movimentos migratórios se dão por meio da transferência de indivíduos dos setores tradicionais para os setores modernos da economia, em função das diferenças salariais e da escassez e do excedente de trabalho e capital de uma área para a outra (MATOS, 2011).

A abordagem histórico-estruturalista surgiu a partir de 1960, tendo como objetivo primordial estabelecer uma correlação entre os movimentos migratórios e o desenvolvimento regional influenciado por mecanismos de mercado. A preocupação em entender o fenômeno de forma global, parte do pressuposto de que a migração é um elemento de acumulação de capital, fundamental às análises histórico-estruturalistas (NOGUEIRA, 1991). O enfoque histórico-estrutural considera a migração como um processo social resultante da introdução das relações capitalistas de produção no campo e da expropriação dos trabalhadores rurais, o que levaria a um desemprego estrutural. Os teóricos desta corrente tratam a mobilidade enquanto um tipo de deslocamento forçado em oposição à visão neoclássica das migrações, entendidas como um ato de decisão pessoal. Nesse âmbito, a migração passa a ser compreendida como a crescente sujeição do trabalho ao capital (BECKER, 2006), em que as relações e funções de diversos elementos como o mercado de terras, o mercado de trabalho, o acesso à informação, as características individuais do migrante são interdependentes dentro de um sistema, não sendo possível analisá-los de forma isolada (SANTOS et al., 2010).

Singer (1980) elucida que as migrações são historicamente condicionadas e resultantes de mudanças globais e por estarem diretamente associadas ao desenvolvimento do capitalismo, se tornaram mais volumosas frente à égide das atividades industriais que se aglomeraram nas cidades, o que geralmente atraía população de áreas mais próximas. O autor defende que há atuação de fatores de expulsão do migrante, que poderiam ser de mudança ou de estagnação. Os condicionantes à mudança seriam resultantes da introdução de relações capitalistas nas áreas rurais, como a utilização de novas

técnicas de produção que impulsionariam a produtividade local e levaria a um desemprego estrutural, e consequentemente, provocaria a migração e a diminuição da população em termos absolutos, enquanto os fatores de estagnação corresponderiam à incapacidade dos produtores das áreas rurais de elevarem a produtividade da terra e se adequarem aos novos padrões de produção exigidos. O principal fator de atração dos migrantes seria a demanda por força de trabalho em cidades frente o crescimento de atividades industriais, sendo a principal motivação para migrar, a existência de oportunidades econômicas diante da promessa de uma melhor remuneração. Em síntese, a abordagem histórico-estrutural analisa a migração somada as interrelações com outros processos globais, em que o estudo necessita ser referido historicamente, sem perder de vista as mudanças dos fluxos migratórios ao longo do processo de desenvolvimento.

Além das abordagens micro ou neoclássica-funcionalista e macro ou histórico-estruturalista, existe a abordagem familiar. Mincer (1977) reitera que os laços familiares são importantes na decisão de migrar e que os ganhos obtidos por toda a família e não somente de um indivíduo são motivadores da migração. A hipótese do modelo de Mincer objetivava os ganhos obtidos pela migração em família, que deveriam ser maiores, caso apenas um integrante optasse por migrar. Desse modo, as famílias tendem a migrar menos, pois os retornos alcançados geralmente são menores que os custos. O autor classifica a migração familiar em indivíduos *tied movers*, que não migraria individualmente, somente se associado a um familiar e se os custos da mobilidade forem favoráveis, e indivíduos *tied stayers*, que migraria individualmente, mas não em conjunto com a família, pois os custos não compensariam. Portanto, os custos e os benefícios dos movimentos migratórios devem ser distribuídos igualmente entre os membros da família: se os benefícios forem maximizados, então as chances de ocorrer a migração são maiores.

Capítulo 02: Localização, caracterização e histórico do município de Ritápolis.

O munícipio de Ritápolis, cuja extensão territorial é de 392,98 km^2, localiza-se em Minas Gerais (figura 01), integra-se a mesorregião do Campo das Vertentes e a microrregião de São João del-Rei e encontra-se a 70 km da Rodovia Fernão Dias (BR-381) e a 120 km da BR-040, sendo os municípios limítrofes: Resende Costa, São Tiago, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves e São João del-Rei. Quanto à densidade demográfica da cidade, essa equivale a 12,55 hab/km^2. De acordo com os dados fornecidos pelo IBGE, a população do município corresponde a 4.925 habitantes em 2010 e as estimativas para 2020 apontam o número equivalente a 4.562 pessoas. Dentre as atividades econômicas desenvolvidas no munícipio destacam-se a agropecuária, o extrativismo mineral, com ênfase para a extração de minério de manganês e cassiterita, e a produção leiteira, com a existência de uma indústria de laticínios. O PIB per capita do município é de R$13.815,00, o salário médio mensal é de 1,7 salários-mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total é de 14,4% em 2019.

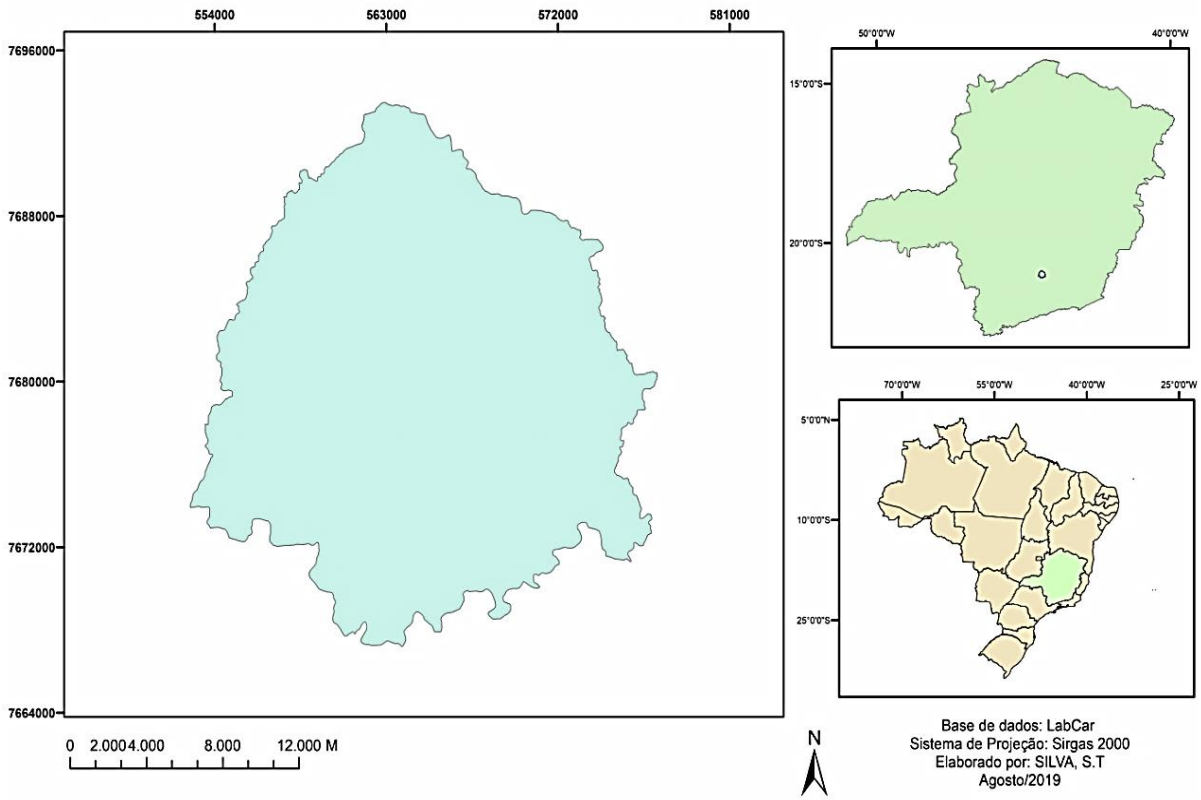


Figura 01: Localização geográfica do município de Ritápolis (MG).

Fonte: SILVA, (2019).

Em relação à ocupação territorial do município de Ritápolis, essa teve início no final do século XVII, em decorrência da intercepção de duas rotas históricas importantes, uma que conectava a cidade do Rio de Janeiro a cidade de Goiás e outra que seguia da província do sul em direção ao norte, onde tropeiros e itinerantes, provenientes de diferentes regiões do país, repousavam, depois de prolongados dias de deslocamento. Os ranchos, que foram construídos a partir do cruzamento, deram origem ao Arraial de São Sebastião do Rio Abaixo que, em seguida, passou a ser denominado Santa Rita do Rio Abaixo. Segundo as Leis Mineiras (1852)[1], as paragens de Santa Rita do Rio Abaixo, desde os primórdios da apropriação do território da Comarca do Rio das Mortes, foram constantemente pleiteadas pelas vilas pioneiras da região, São João del-Rei e São José del-Rei, o que se comprova através de declarações históricas que alegam o pertencimento do distrito em um mesmo período, tanto a São João como a São José, assim como, a incorporação do mesmo à Paróquia da Lage, que atualmente corresponde à cidade de Resende Costa. Em 1852, o Distrito de Santa Rita é desmembrado da Paróquia da Lage e passa a pertencer à Paróquia de São José, e posteriormente à São João del-Rei em 1858.

> Santa-Rita-de-Rio-Abaixo. Povoação da província de Minas Gerais, na margem direta do rio das Mortes, perto de sua junção com o rio Grande. Sua igreja, dedicada à Santa do seu nome, foi desanexada da parochia da villa de São-João-d'ElRei, por decreto da assemblea geral de 14 de julho de 1832, e anexada à matriz da freguesia de Ibiturúna (MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, 1845, p. 501).

Nesse contexto, dadas as disputas pelo pertencimento das terras do Distrito de Santa Rita, vale mencionar que tais terras, denominadas Arraial de Santa Rita ou Arraial de Santa Rita do Rio Abaixo, sempre estiveram dentro dos limites territoriais, que correspondem atualmente aos do município de Ritápolis, que obteve a emancipação político-administrativa do município de São João del-Rei, em 30 de dezembro de 1962. Dentro dos limites territoriais do distrito, quando esse ainda era conhecido como São Sebastião do Rio Abaixo, nasceu em 1746 na Fazenda do Pombal, o alferes da Sexta Companhia do Regimento de Cavalaria Regular da Capitania de Minas Gerais: Joaquim José da Silva

[1] Lei Mineira nº 576, de 05 de maio de 1852. Artigo 2º. Parágrafo 3º. Leia-se: "Ficam pertencendo: à Paróquia da Vila de São José Del Rei, e desmembrados da Paróquia da Lage, os distritos de Santa Rita, e da Capela dos Mosquitos com suas respectivas divisas".

Xavier, o Tiradentes. A Fazenda do Pombal, em concordância com as pesquisas desenvolvidas pelo engenheiro agrônomo Adherbal Malta (s/d), guardião da fazenda entre 1964 e 1975, "fora construída em 1719, após uma concessão efetuada pela Coroa Portuguesa, ao Capitão-mor Francisco Viegas Barbosa, na medida de uma quadra de sesmaria, que, segundo essas medidas antigas, corresponderiam hoje a 43,56 km² [...]". O inconfidente Joaquim José da Silva Xavier declara-se procedente do Pombal, durante o depoimento aos Autos da Devassa relativa à Conjuração Mineira:

> E sendo perguntado como se chamava, de quem era filho, de onde era natural, se tinha alguma ordem, se era casado, ou solteiro, e que ocupação tinha // Respondeu que se chamava Joaquim José da Silva Xavier, filho de Domingos da Silva dos Santos, e de sua mulher Antônia da Encarnação Xavier, natural do Pombal, termo da Vila de São João Del Rei, Capitania de Minas Gerais [...][2].

Menezes (2003) declara que Joaquim José da Silva Xavier residiu na Fazenda do Pombal até 1757, quando aos 11 anos, órfão de pai e mãe, foi morar com seu padrinho Sebastião Ferreira Leitão em São José del-Rei. A origem da referida fazenda remonta ao ano de 1718, quando os bandeirantes a usavam como ponto de parada em suas incursões pelos sertões de Minas Gerais. A Fazenda do Pombal presentemente integra-se a Floresta Nacional de Ritápolis (FLONA-Ritápolis), onde há um escritório local do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e encontra-se tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1937, e as ruinas de parte da antiga fazenda, pertencente à família de Tiradentes, permanecem no local e abertas à visitação. A primeira referência documentada ao Distrito de Santa Rita do Rio Abaixo localiza-se na certidão de batismo de Domingos, irmão mais velho de Tiradentes, realizado em 1738. A constituição do distrito se deu a partir da construção de uma capela, por volta de 1713, que apesar de descaracterizada, devido a um acréscimo frontal em 1918, ainda se encontra preservada.

---

[2] Autos da Devassa relativa à premeditada Conjuração de Minas Gerais de 1789.
Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1289278/mss1289278.pdf>.

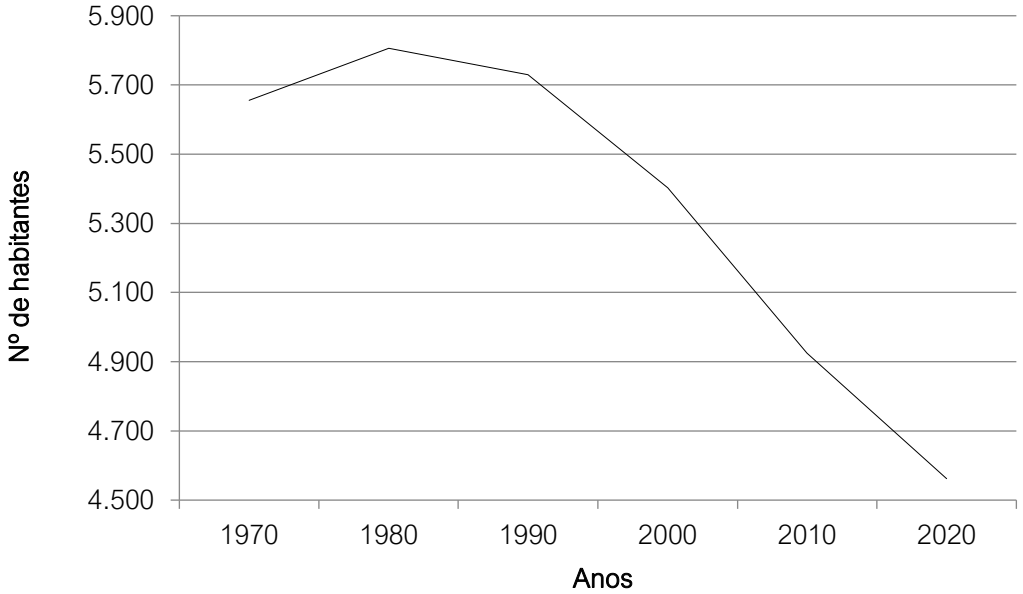
Capítulo 03: Caracterização socioeconômica e decréscimo populacional de Ritápolis.

Em municípios com comércios irrisórios e com escassa diversidade em setores de serviços, indústrias de médio porte praticamente não existem, por esse motivo, torna-se cada vez mais comum, o abandono de pessoas provenientes de municípios menores em busca de oportunidades de crescimento profissional, visto que esses apresentam pouca oferta de emprego. Nessa perspectiva, vale ressaltar que a migração para regiões mais desenvolvidas causa impacto na taxa populacional dos pequenos municípios, consoante aos dados divulgados pelo IBGE, 25% dos municípios mineiros encolheram entre 2016 e 2017, e 210 localidades tiveram queda de até 02% na quantidade de habitantes. Diante disso, a fim de compreender a diminuição do número de habitantes em Ritápolis nas últimas décadas, é realizada a caracterização socioeconômica do município, a partir de gráficos produzidos com base em dados do IBGE. Dentre as características sociais e econômicas que contribuem para explicar o comportamento demográfico e o decréscimo populacional da cidade, mencionam-se: evolução do número de habitantes ao longo das décadas, taxa de natalidade e mortalidade, taxa de fecundidade, expectativa de vida, processos migratórios, pirâmides etárias, escolaridade, ocupações exercidas pelos habitantes, população urbana e rural, e por fim, rendimento mensal dos habitantes.

A partir da análise do gráfico 01, constata-se que o município de Ritápolis foge da tendência regional do crescimento populacional, já que o mesmo exibe uma redução significativa do número de habitantes desde 1980, quando comparado, por exemplo, com os municípios de Coronel Xavier Chaves (gráfico 02), Resende Costa (gráfico 03) e São Tiago (gráfico 04), também integrados à microrregião de São João del-Rei, que apesar de apresentarem quedas pontuais referentes ao número de habitantes em algumas décadas específicas, esses exibem um aumento populacional contínuo desde a década de 2000. Em conformidade com os dados do IBGE, estima-se que Ritápolis apresente em 2020 um total de 4.562 habitantes, número inferior ao do último censo (4.925 habitantes), enquanto os munícipios de Coronel Xavier Chaves, Resende Costa e São Tiago revelam, nesse mesmo ano, um crescimento populacional de 3.441, 11.540 e 10.960 habitantes, respectivamente, o que confirma que Ritápolis não segue a tendência dos demais municípios vizinhos. Dessa forma, tendo em vista os três componentes da dinâmica demográfica que determinam o crescimento populacional em um intervalo de tempo: natalidade,

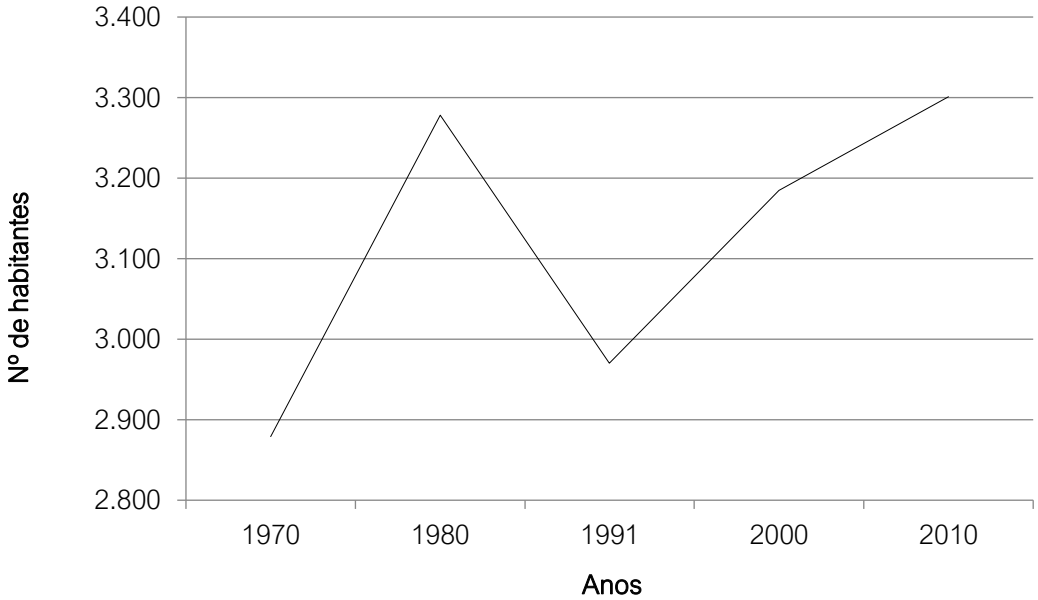
mortalidade e migrações, faz-se necessário um estudo aprofundado do comportamento demográfico do município, para compreender os fatores responsáveis pela redução do número de habitantes em Ritápolis nas últimas quatro décadas.

Gráfico 01: Evolução da população do município de Ritápolis (MG).



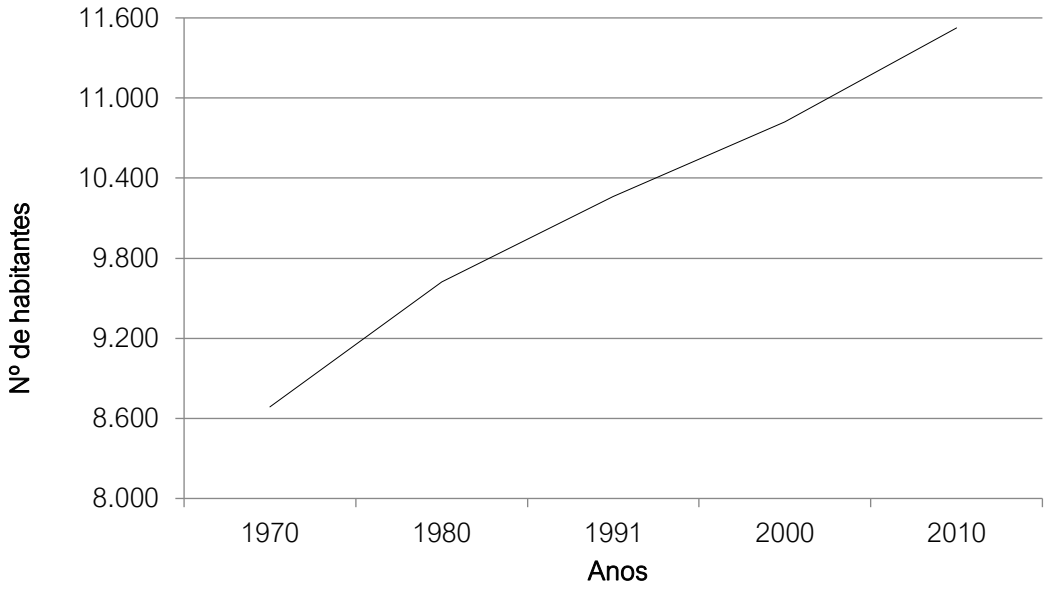
Fonte: IBGE, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

Gráfico 02: Evolução da população do município de Coronel Xavier Chaves (MG).



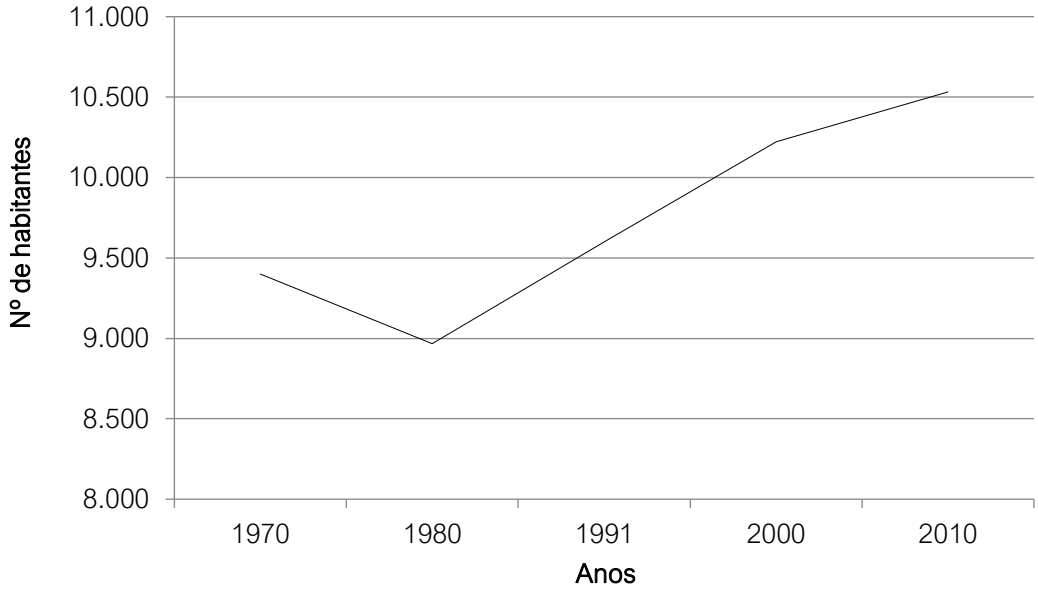
Fonte: IBGE, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

Gráfico 03: Evolução da população do município de Resende Costa (MG).



Fonte: IBGE, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

Gráfico 04: Evolução da população do município de São Tiago (MG).

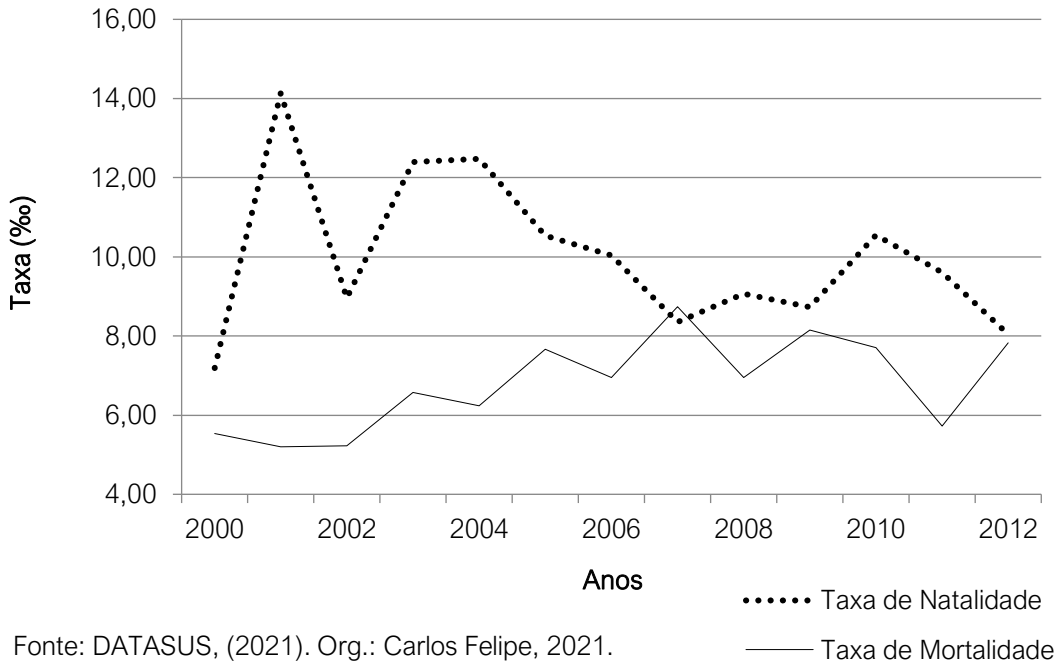


Fonte: IBGE, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

Levando em consideração que o crescimento populacional é estabelecido pela migração e pelo crescimento vegetativo, obtido através da diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade de um determinado local, é possível afirmar, segundo os dados concedidos pelo DATASUS, que o crescimento vegetativo em Ritápolis entre o

período 2000-2012, com exceção em 2007, ainda que baixo, é positivo (gráfico 05), ou seja, o número de nascimentos no município é superior ao número de óbitos, o que faz com que a cidade apresente um moderado crescimento do número de habitantes ao longo desses anos. Todavia, conforme os dados obtidos por meio dos censos demográficos e estimativas realizadas pelo IBGE, Ritápolis, ao contrário dos municípios circundantes, exibe um decréscimo populacional expressivo nas últimas quatro décadas (gráfico 01). Por conseguinte, considera-se que o fator responsável pela diminuição considerável do número de habitantes em Ritápolis, é o aumento da migração, uma vez que o crescimento vegetativo do município é positivo. Por isso, torna-se indispensável analisar as características demográficas e socioeconômicas de Ritápolis, com a finalidade de compreender os motivos que induzem as pessoas a migrarem para outras cidades, bem como, as consequências da evasão populacional para o município.

Gráfico 05: Evolução da taxa de natalidade e mortalidade em Ritápolis (2000-2012).

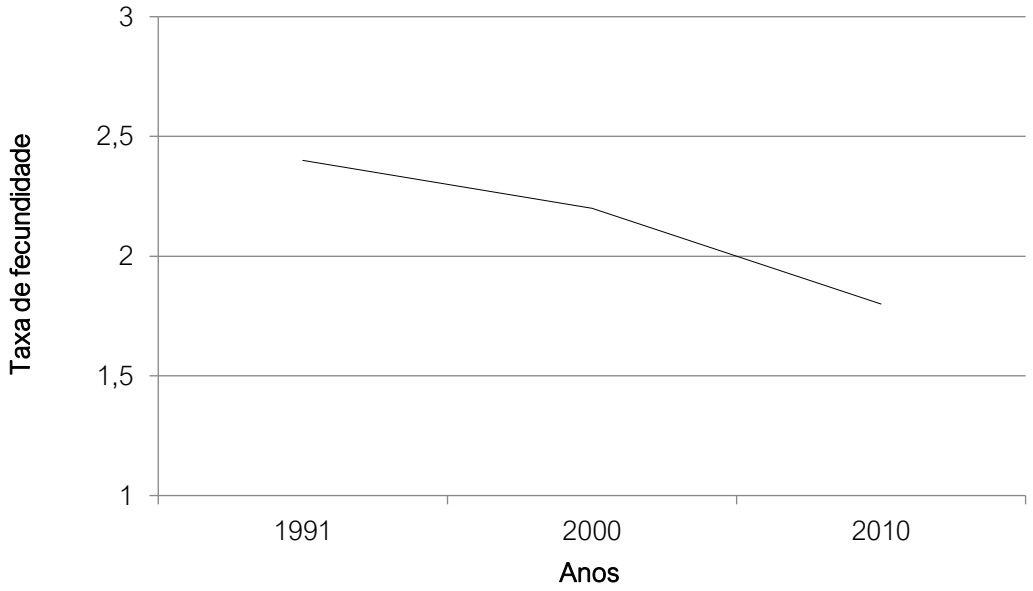


Fonte: DATASUS, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

No que concerne à taxa de fecundidade do município de Ritápolis, verifica-se que essa apresentou uma queda entre os anos de 1991 e 2010. De acordo com o PNUD, o número de filhos por mulher no período reprodutivo reduziu de 2,4 em 1991 para 2,2 em 2000, e 1,8 filhos por mulher em 2010 (gráfico 06). A explicação para o fenômeno relaciona-se ao predomínio de uma racionalidade econômica do comportamento reprodutivo,

na qual as decisões se baseiam em análises de custos e benefícios de ter filhos, e à proeminência de mudanças culturais na sociedade, via processos de individualização, destradicionalização e secularização, que levam a uma redução do número de nascimentos, mesmo com ausência de crescimento econômico (KIRK, 1996). Além das abordagens referidas, há outra cujo motivo para a queda da fecundidade é estritamente demográfico, explicado a partir da redução dos níveis de mortalidade, visto que o aumento da sobrevivência de crianças possibilita atingir um determinado tamanho de família com um nível menor de fecundidade, visto que um número maior de crianças sobrevive até a idade adulta. Nesse sentido, Coutinho (2011) reitera que o comportamento sexual e reprodutivo é fortemente influenciado pelo nível educacional, tanto quanto por fatores como urbanização, exposição à mídia de massa e secularização da sociedade.

Gráfico 06: Evolução da taxa de fecundidade total em Ritápolis, de acordo com os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

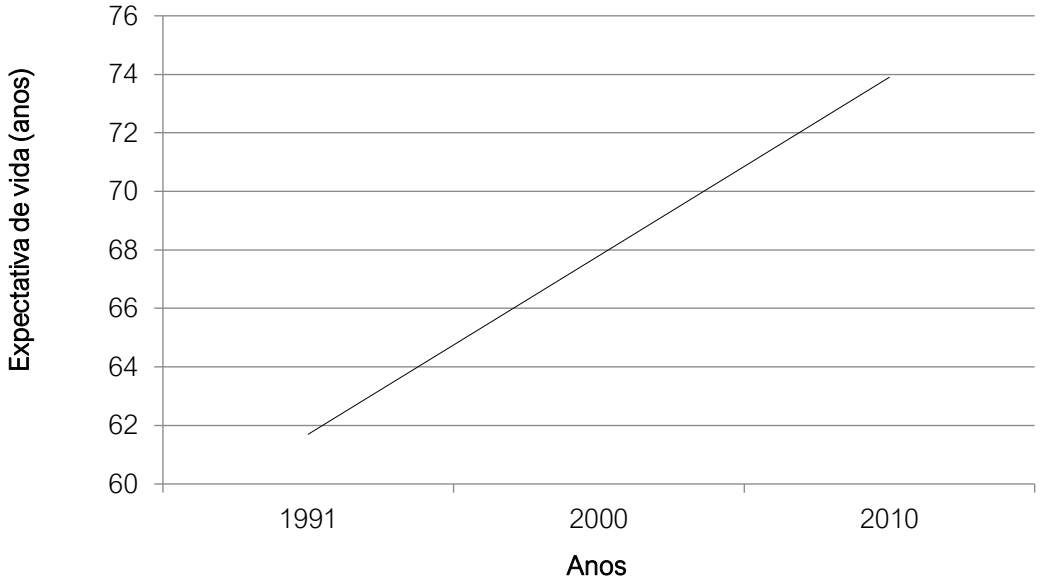


Fonte: PNUD, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

Quanto à esperança de vida ao nascer de Ritápolis, percebe-se que essa revelou um acréscimo de 61,7 anos em 1991 para 67,8 anos em 2000, e 73,9 anos em 2010 (gráfico 07). A expectativa de vida ao nascer é um indicador sintético de mortalidade, que reflete as condições gerais de vida de uma população, sendo definida como o número de anos de vida esperados para um recém-nascido em um determinado espaço geográfico, se mantidas as condições de mortalidade observadas no período, o aumento

da expectativa de vida está diretamente atrelado à melhoria das condições de vida da população. Para Wood e Carvalho (1994), a queda dos níveis de mortalidade com reflexos positivos na expectativa de vida ao nascer entre 1940 e 1960, relaciona-se à importação de conhecimentos e tecnologias médicas e de saúde pública, já a partir dos anos 60, associa-se ao desenvolvimento econômico da sociedade brasileira com avanços nos indicadores de escolaridade e renda entre 1960 e 1980, como também, à melhoria no padrão de vida da população, alcançada pela ampliação dos sistemas públicos de saúde e de saneamento básico e pelos melhores níveis de nutrição e de vigilância sanitária.

Gráfico 07: Evolução da expectativa de vida em Ritápolis, de acordo com os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: PNUD, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

Os dados fornecidos pela FJP mostram que 25% dos 4.925 habitantes de Ritápolis em 2010 são provenientes de outras cidades. Em relação aos imigrantes que compõem a população de Ritápolis, 16% são oriundos de Minas Gerais, no entanto vieram de cidades localizadas em outros estados brasileiros; 05% são naturais do próprio município que residiram anteriormente em alguma outra cidade e retornaram ao município de origem; 03% são procedentes de outros estados e vieram de Minas Gerais ou de outras unidades da federação; e por fim, 01% são provindos do próprio estado, porém vieram de cidades situadas em outros estados brasileiros. Do total dos imigrantes que residem em Ritápolis, 10% desses realizaram o processo migratório entre os anos de 2000 e 2010, sendo 07%

naturais do próprio estado, vindos de outros municípios e 03% provenientes de outros estados, que vieram do estado mineiro ou de outras unidades federativas (tabela 01). Dentre os municípios que forneceram o maior contingente de imigrantes para Ritápolis entre o período 2000-2010, destacam-se: São João del-Rei, São Tiago, Nazareno, Resende Costa e Conceição da Barra de Minas, que pertencem à microrregião de São João del-Rei, e as cidades de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

Tabela 01: Número de imigrantes residentes em Ritápolis, procedentes de outras cidades do estado de Minas Gerais e de outras unidades federativas entre os anos de 2000 e 2010.

Municípios:	UF:	Nº de imigrantes:
São João del-Rei	MG	116
São Paulo	SP	65
São Tiago	MG	46
Nazareno	MG	43
Rio de Janeiro	RJ	33
Resende Costa	MG	21
Belo Horizonte	MG	21
Conceição da Barra de Minas	MG	20
Barbacena	MG	17
Santo Antônio do Amparo	MG	13
Coronel Xavier Chaves	MG	10
Gouveia	MG	10
Macaubal	SP	08
São Bernardo do Campo	SP	07
Praia Grande	SP	06
Salvador	BA	06
Turiaçu	MA	04

Fonte: Fundação João Pinheiro, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

Em concordância com os dados da FJP, em 2010, o número de pessoas que nasceram ou moraram em Ritápolis e residiam em outros municípios equivalia a 899 pessoas. Desse total, 784 destinaram-se a municípios da própria unidade federativa, enquanto as

outras seguiram em direção a outros municípios, localizados em outros estados. As principais cidades de destino dos emigrantes de Ritápolis durante a década de 2000 foram: São João del-Rei, Resende Costa, Descalvado e São Tiago (tabela 03). A diferença entre os imigrantes, ou seja, aqueles que chegaram ao município entre os anos 2000 e 2010, e os emigrantes, isto é, aqueles que em outros municípios brasileiros responderam que residiam em Ritápolis entre 2000 e 2010, representou um saldo migratório de -433, em outras palavras, o município recebeu menos pessoas, quando comparadas com aquelas que deixaram a cidade. As motivações para que ocorra o fluxo migratório podem ser de diferentes ordens, sendo as percepções sobre o local de origem e o local de destino e o acesso às informações, fatores importantes que influenciam as decisões relacionadas à migração. Para alguns indivíduos, agrada mudar pelo simples fato de mudar, enquanto para outros, deve haver uma forte razão e ainda existem aqueles que basta uma pequena promessa para que o movimento migratório aconteça (LEE, 1980).

Tabela 02: Número de emigrantes naturais de Ritápolis, que deixaram a cidade e seguiram em direção a outros municípios entre os anos de 2000 e 2010.

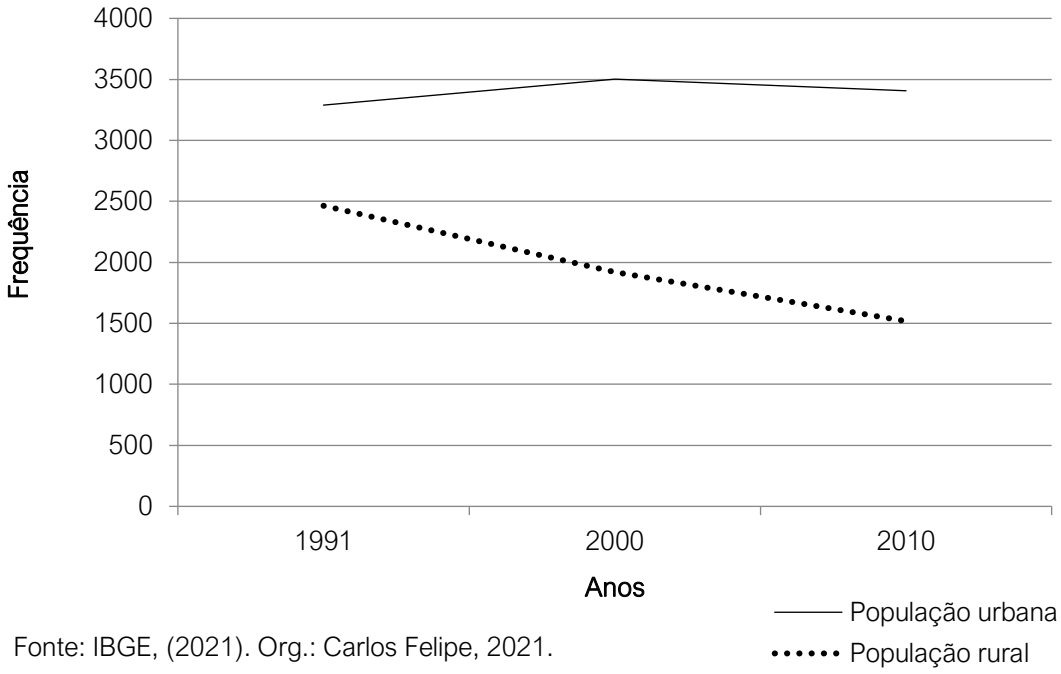
Municípios:	UF:	Nº de emigrantes:
São João del-Rei	MG	361
Resende Costa	MG	170
Descalvado	SP	69
São Tiago	MG	65
Belo Horizonte	MG	49
Santa Cruz de Minas	MG	42
Conselheiro Lafaiete	MG	28
Coronel Xavier Chaves	MG	27
Rio de Janeiro	RJ	23
São Paulo	RJ	23
Tiradentes	MG	09
Itaúna	MG	07
Conceição da Barra de Minas	MG	06

Fonte: Fundação João Pinheiro, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

Em relação ao município de São João del-Rei, é preciso considerar que tal município, situado a aproximadamente 14 km de Ritápolis, além de ser um centro comercial e de serviços, que atende à demanda regional da população, também tem se consolidado nos últimos anos como um importante centro de ensino, por isso tem recebido um número crescente de alunos dos municípios vizinhos. Quanto ao município de Resende Costa, vale mencionar que o artesanato representa uma estratégia socioeconômica para a população local e se configura como um forte gerador de renda e desenvolvimento local, visto que aproximadamente 70% da população do município sobrevive direta ou indiretamente do comércio e da produção de artesanato, além disso, fomenta o turismo da cidade, relacionado à busca por produtos artesanais típicos da região. Segundo Carvalho (2001), o artesanato constitui uma das respostas para o problema do desemprego, sendo uma estratégia de ocupação intensiva de mão-de-obra, responsável pela dinamização de mercados locais e preservação de valores culturais. A atração de migrantes para áreas mais desenvolvidas causa um deslocamento de áreas ainda não atingidas pelo avanço tecnológico produtivo, o que provoca um esvaziamento e empobrecimento das mesmas em benefício de áreas mais prósperas e desenvolvidas (MYRDAL, 1965).

No que diz respeito à população urbana e rural de Ritápolis, percebe-se, a partir do gráfico 08, que o número de habitantes que residia no perímetro urbano do município aumentou de 3.289 em 1991 para 3.502 em 2000, já em 2010, esse número decresceu para 3.407 habitantes. Com relação ao número de habitantes que morava na zona rural da cidade, observa-se que o número reduziu de 2.464 em 1991 para 1.921 em 2000 e 1.518 em 2010. A razão para a diminuição do contingente de habitantes que habitavam os distritos do município refere-se ao encerramento da principal fonte empregadora, responsável por mover a economia e o comércio local: a atividade mineradora, o que levou a migração de mineradores para outros municípios vizinhos e para outros estados (BRASIL, 2005). Singer (1980) alega que as causas para ocorrência das migrações podem ser de origem financeira e econômica, acarretadas pela busca frenética de melhores condições de vida e por trabalho com melhor remuneração, fatores estes, responsáveis pelas taxas de evasões populacionais de alguns centros, enquanto outros com uma dinâmica econômica maior se tornam um polo de atração. Portanto, os municípios de porte médio, com acesso aos meios de consumo, serviços públicos, comércio e indústria e que possuem maiores oportunidades de emprego, se tornam atrativos para os futuros migrantes.

Gráfico 08: Evolução da população urbana e rural de Ritápolis, de acordo com os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

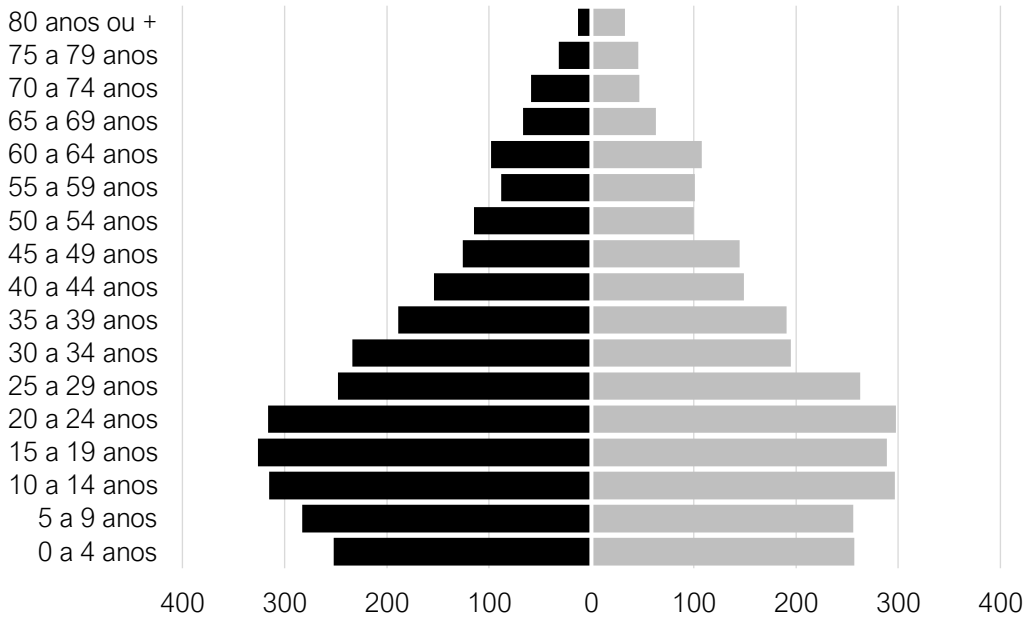


Fonte: IBGE, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

Ao analisar as pirâmides etárias dos anos de 1991 (figura 02), de 2000 (figura 03) e de 2010 (figura 04), certifica-se que o número de habitantes com idade entre 20 e 39 anos em Ritápolis atenuou, quando comparada a pirâmide etária do ano de 2000 com a do ano de 2010. Em relação ao nível de escolaridade dos habitantes de Ritápolis, nota-se que a quantidade de jovens entre 15 e 17 anos que frequenta o ensino médio aumentou entre os anos de 1991 e 2010, em 1991, o número correspondia a 07% dos jovens, já em 2010 esse saltou para 51% dos jovens, ao terminar o ensino médio é comum que os jovens busquem ingressar em instituições de ensino superior, para se especializar em alguma área do conhecimento. Nesse âmbito, Sjaastad (1962) define migração como um investimento em capacitação, na mesma lógica da educação e do treinamento, já que os rendimentos futuros dos agentes econômicos são condicionados ao seu estoque de capacidade e conhecimento. Dessa forma, compreende-se a migração como um ato espontâneo do indivíduo em busca de aprendizado fora dos limites do local de nascimento, sendo a decisão de migrar determinada pela possibilidade de um fluxo de benefícios esperados superiores aos custos associados ao processo migratório. O ciclo de vida e a trajetória social são variáveis na decisão de migrar, assim, os indivíduos mais jovens que migram teriam teoricamente mais tempo para usufruir dos efeitos benéficos esperados da migração, ao contrário dos mais idosos. A trajetória social envolve, por exemplo, uma

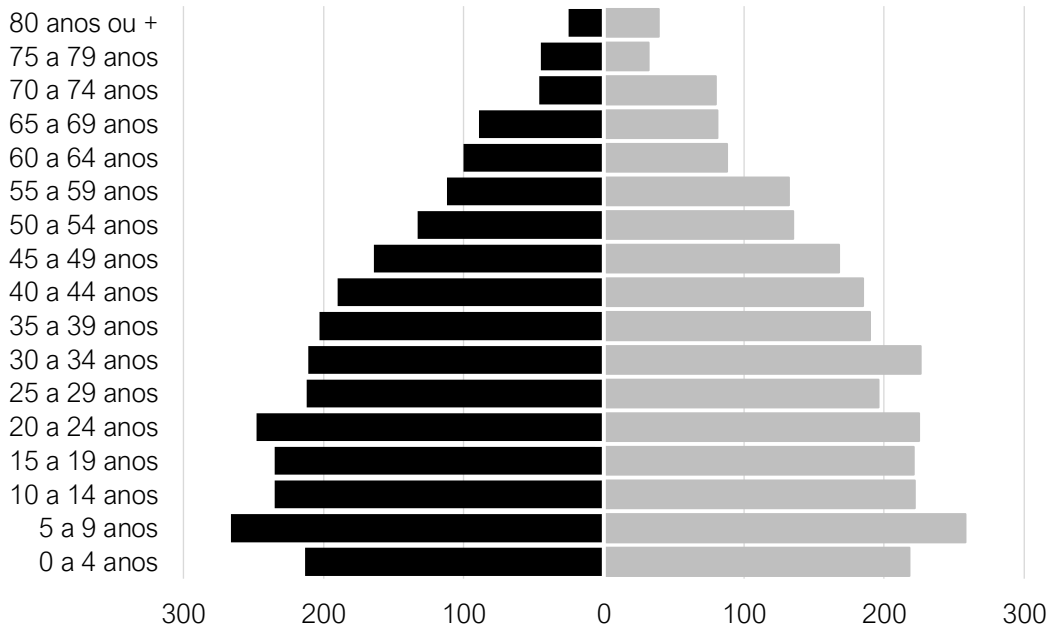
determinada carreira profissional, que seria impossível de seguir no local de origem, o que motivaria a migração a centros onde ela pudesse se concretizar.

Figura 02: Distribuição da população de Ritápolis (grupos de idade) em 1991.



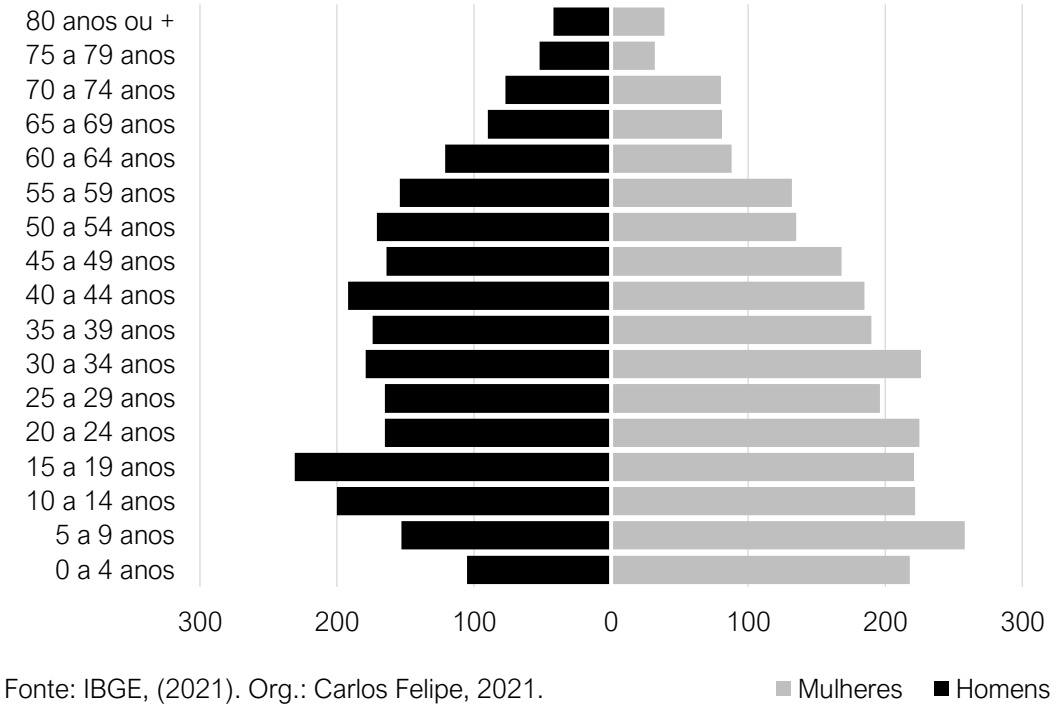
Fonte: IBGE, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

Figura 03: Distribuição da população de Ritápolis (grupos de idade) em 2000.



Fonte: IBGE, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

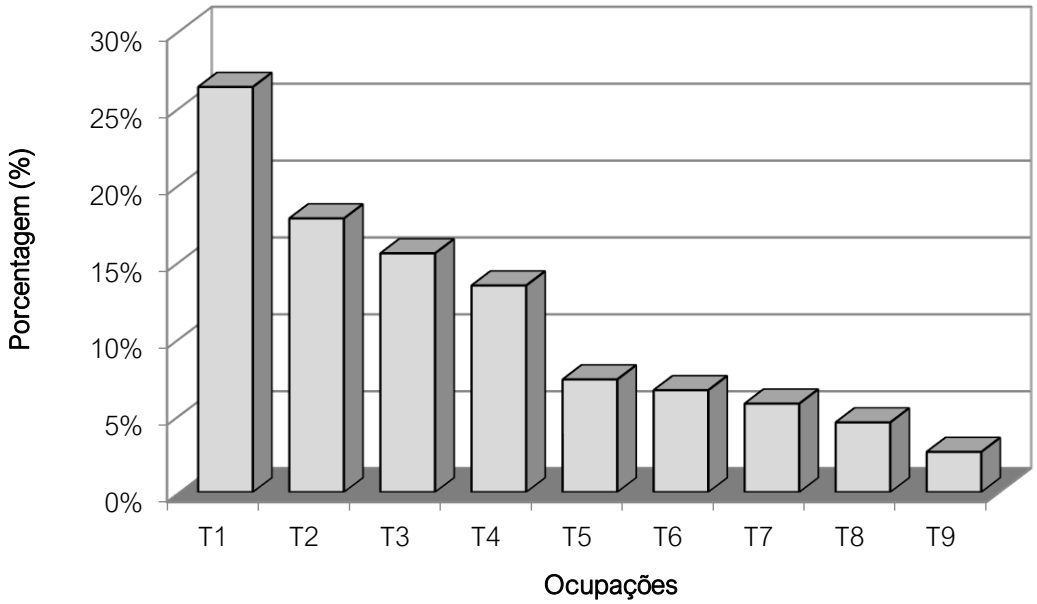
Figura 04: Distribuição da população de Ritápolis (grupos de idade) em 2010.



Fonte: IBGE, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

No tocante à ocupação profissional exercida pelos habitantes do município de Ritápolis, 26% dos moradores exerciam funções ligadas à agropecuária, 18% praticavam atividades relacionadas à especialização de produtos e 15% realizavam serviços associados ao comércio em 2015 (gráfico 09). Conforme os dados do IBGE, o PIB de Ritápolis em 2017 equivalia a R$66.528,00, sendo desse valor bruto total, R$10.244,33, proveniente de indústrias extrativistas de minério de manganês e de indústrias de transformação de laticínios e de artefatos de concreto, R$15.056,50, oriundo da agropecuária, que se associa principalmente ao cultivo de café, à produção florestal e à criação de bovinos, e R$ 41.227,68, resultante de serviços, como administração, defesa, educação, saúde públicas e seguridade social. Diante disso, é possível declarar que, apesar da maioria dos habitantes de Ritápolis efetuarem trabalhos atrelados à agropecuária, o setor da economia que mais contribui para a renda do município é o de serviços. Nessa circunstância, é preciso ressaltar que com a modernização da agricultura, muitas famílias de pequenos agricultores rurais não conseguem participar desse processo e são expropriadas do campo e sem condições estruturais e financeiras para competir, vendem as propriedades para grandes produtores e seguem em direção a centros urbanos, em busca de melhores condições de vida e trabalho (RODRIGUES & SOARES, 2008).

Gráfico 09: Porcentagem das ocupações exercidas em Ritápolis em 2015.



T1: Trabalhadores agropecuários
T2: Trabalhadores especialistas da produção
T3: Trabalhadores comerciais
T4: Trabalhadores das ciências e das artes
T5: Trabalhadores de serviços administrativos
T6: Trabalhadores de manutenção
T7: Técnicos de nível médio
T8: Trabalhadores industriais
T9: Trabalhadores dirigentes

Fonte: IBGE, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

Em relação à atividade agropecuária exercida em Ritápolis, observa-se que houve um aumento da produção de alguns gêneros agrícolas (cana-de-açúcar e feijão) entre o período 2006-2017 (tabela 03), isso se deve ao acréscimo do número de tratores, máquinas e implementos agrícolas em propriedades rurais, que tornam os processos de plantio, cultivo e colheita mais eficientes, e à prática de adubação que supre a carência de nutrientes no solo e proporciona o desenvolvimento das culturas vegetais. Em referência ao uso da terra, essa é destinada essencialmente às pastagens, às áreas naturais destinadas à preservação permanente, às lavouras permanentes e temporárias e aos sistemas agroflorestais. Consoante ao censo agropecuário realizado pelo IBGE, a agricultura empreendida em Ritápolis exibe traços característicos da agricultura familiar, uma vez que grande parte das propriedades rurais do município possui uma área média de 60 hectares e que a maior parte das pessoas, que trabalham nessas propriedades, apresenta laços de parentesco com o proprietário, dos 280 estabelecimentos agropecuários existentes em Ritápolis em 2006, 196 praticavam a agricultura familiar.

Tabela 03: Informações referentes à agropecuária exercida em Ritápolis, conforme o censo agropecuário.

Variáveis relacionadas à agropecuária:	Ano: 2006	Ano: 2017
Área de estabelecimentos agropecuários (ha)	15.562	24.205
Número de estabelecimentos agropecuários	280	367
Número de tratores nos estabelecimentos	67	102
Produção agrícola:		
Café (ton)	191	173
Cana-de-açúcar (ton)	35	568
Feijão (ton)	283	368
Milho (ton)	3.121	954
Pecuária:		
Bovinos (número de cabeças)	9.926	12.544
Quantidade produzida de leite de vaca (x1000l)	7.010	11.487

Fonte: IBGE, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

Para Lamarche (1997), embora existam diferentes concepções sobre o conceito e a importância da agricultura familiar, as concepções mais conhecidas partem do pressuposto que neste tipo de produção agrícola, a propriedade da terra e o trabalho estão intimamente ligados e visam garantir o sustento da família mediante a produtividade da terra. Carneiro (1999), de modo semelhante, define agricultura familiar como uma unidade de produção em que estejam intimamente relacionados: trabalho, terra e família. Wanderley (2001) entende por agricultura familiar, aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo, o que promove uma estrutura produtiva que associa família-produção-trabalho com consequências na maneira como essa age econômica e socialmente, visto que a expectativa é de que todo o investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção pela geração atual possa vir a ser transmitido à geração seguinte, de forma a garantir a sobrevivência imediata das gerações subsequentes.

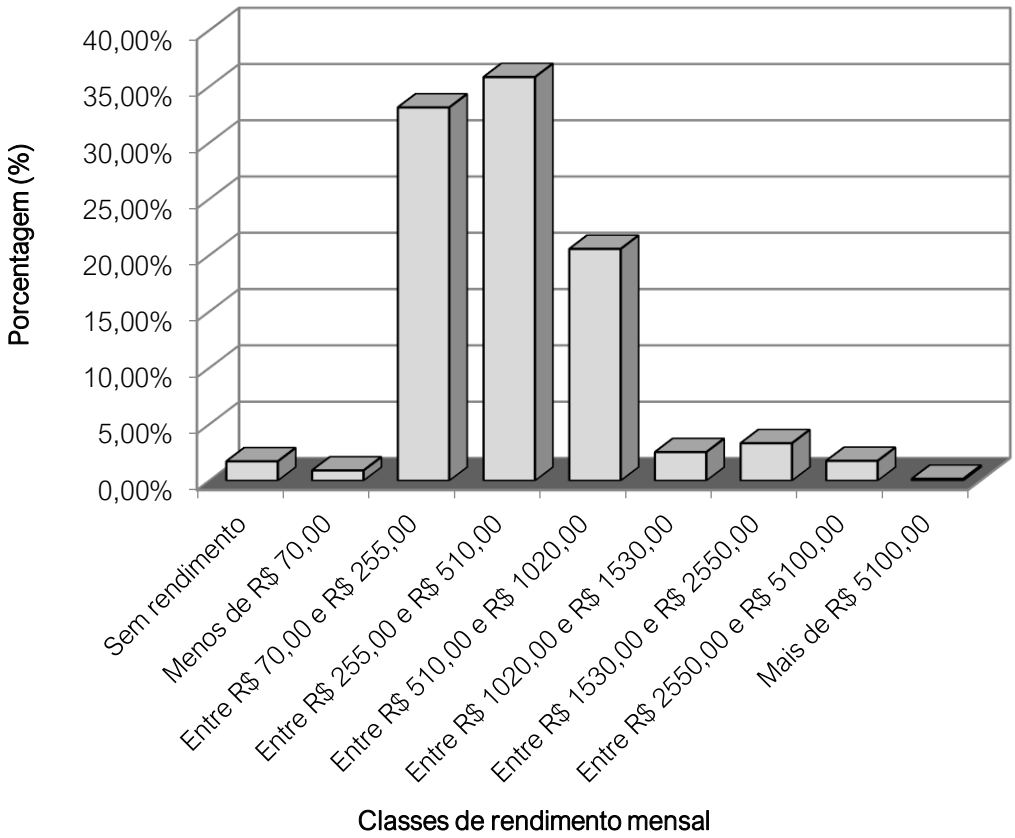
Nesse âmbito, Augusto & Sachuk (2008) evidenciam que os agricultores familiares carecem de informações e de assistência técnica para acessarem programas de políticas públicas, que são primordiais para melhorar, aumentar e qualificar ainda mais a produção agrícola. Souza et al. (2001) apontam que há algumas questões limitadoras que impedem

que os agricultores familiares atinjam maior competitividade e desenvolvimento nas propriedades rurais, sendo algumas destas, a pouca área de terra, a assistência técnica insuficiente, a baixa disponibilidade de recursos financeiros, a falta de regulamentação dos processos artesanais de produção de alimentos, além das dificuldades relacionadas ao acesso ao mercado. Mesquita & Mendes (2012) alegam que as recentes transformações ocorridas na agropecuária afetaram as pequenas e médias propriedades rurais, ao provocar a descapitalização e a exclusão social do pequeno agricultor, o que trouxe como consequência o êxodo rural. À vista disso, Rocha & Eckert (2015) explicam que os processos migratórios para as cidades polos de trabalho e emprego acentuaram-se devido à desvalorização do trabalho rural nas pequenas e médias propriedades.

Quanto à renda dos habitantes do município, vê-se que o faturamento mensal por domicílio de 69% da população ritapolitana não ultrapassava a R$510,00 em 2010 (gráfico 10). Cunha & Baeninger (2000) esclarecem que as grandes desigualdades de crescimento econômico das regiões brasileiras e as discrepâncias referentes à oferta de emprego e aos salários recebidos impactam a determinação de áreas de grande evasão populacional e daquelas que são mais atrativas para a população que migra. Ao considerar que as disparidades regionais são consideradas a mola propulsora para ocorrência dos fluxos migratórios, o processo de migração pode ser entendido como o deslocamento da força de trabalho em busca de melhoria nos rendimentos, obtidos no mercado de trabalho, e na qualidade de vida. Os fatores econômicos representam uma alternativa para a migração, porém não são os únicos responsáveis para que a mesma ocorra, atualmente, a discussão direciona-se para a inter-relação entre os fatores de origem econômica e social. Desse modo, as decisões tomadas têm basicamente duas motivações: a primeira, de origem econômica, em que o migrante decide migrar com base na oferta de emprego, e a segunda, de ordem social, que envolve família, amizade e religião.

> [...] a decisão de migrar ou não migrar não é estritamente individual. A família é um estêncil do "eu", deixa marcas indeléveis no comportamento e nas esperanças sociais e não há razão para excluí-la como força formadora dos processos decisórios; nada há de estritamente pessoal na decisão de migrar, que envolve expectativas culturais, desejos formados, enfim, as crenças e as hierarquias valorativas formadas nos processos de socialização primária e secundária (BASSI et al., 2006, p. 06).

Gráfico 10: Distribuição percentual por classes de rendimento mensal de pessoas por domicílios (2010).



Fonte: IBGE, (2021). Org.: Carlos Felipe, 2021.

Segundo o INE (2003), a expressão: movimentos pendulares é habitualmente utilizada para designar os movimentos cotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo. O conceito de movimento pendular relaciona-se às duas deslocações de uma pessoa entre dois pontos do espaço geográfico: uma de ida para o local de trabalho ou estudo e outra de retorno ao local de residência. Dessa maneira, o movimento pendular é uma questão funcional que resulta da organização do território e da não correspondência entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo. Ommeren et al. (1999) ressaltam que a associação entre a mobilidade de emprego e a residencial depende da extensão da distância do movimento considerado pelo indivíduo ou pelo núcleo familiar, assim, a pendularidade pode levar à permanência definitiva do indivíduo em um determinado local, isto é, à migração interna. Os pequenos municípios apresentam baixa dinâmica socioeconômica e configuram-se áreas onde há maior nível de carências urbanas e sociais, de menor influência política, quanto à localização de benefícios sociais e coletivos. As carências urbanas e sociais materializam-se mediante as

condições de vida da população, os custos vitais medidos pela análise das condições de trabalho, saúde e educação, o uso do tempo social, entre outros aspectos relacionados à vida social, que refletem as condições de ocupação territorial.

George (1983) afirma que o distanciamento das atividades econômicas faz com que o recrutamento da mão-de-obra dos diversos setores de atividades não se limite mais às cidades, o distanciamento, ainda, leva o trabalhador a praticar deslocamentos diários e constitui-se em um fenômeno que nem sempre é de fácil solução tanto do ponto de vista individual quanto coletivo. Os deslocamentos diários realizam-se de forma individual ou coletiva em veículos motorizados privados ou públicos, além disso, incorporam-se aos deslocamentos diários os estudantes de ensinos médio e superior. Os habitantes de Ritápolis realizam deslocamentos diários para trabalhar, realizar serviços ou estudar em de instituições de ensino em São João del-Rei, pois os cálculos de custos e benefícios mostram que o movimento pendular é mais vantajoso financeiramente para aqueles que o praticam. A necessidade desse deslocamento relaciona-se à diferenciação dos locais em relação à disponibilidade de emprego e serviços com a distribuição espacial da população via moradia fazendo com que a população faça fazer deslocamentos diários para trabalho, estudos, compras, e utilização de serviços públicos (FREY & DOTA, 2013).

A partir da análise dos gráficos referentes às características socioeconômicas do município de Ritápolis, alega-se que a busca por emprego é um dos motivos que levam os habitantes do município a migrarem para outras cidades, ao considerar que a fonte de renda da maioria dos moradores empregados provém essencialmente de atividades relacionadas à agropecuária e que o rendimento mensal por domicílio de 69% da população não ultrapassa R$510,00 em 2010. Além disso, o anseio de ingressar no ensino superior faz com que as pessoas deixem o município e sigam em direção às cidades onde encontram-se os centros de ensino superior, tendo em vista que a faixa etária de grande parte das pessoas que migraram para outras cidades varia entre 20 e 39 anos de idade e que a frequência de alunos que concluíram o ensino médio aumentou de 30% em 2000 para 57% em 2010. Dentre os fatores de ordem pessoal que aceleram ou retardam os movimentos migratórios, Rocha-Trindade (1995) menciona as alterações do ciclo de vida, as capacidades pessoais e os contatos e informações referentes ao local de destino.

Capítulo 04: Consequências do decréscimo populacional para Ritápolis.

Corrêa (2007) propõe cinco padrões funcionais característicos dos pequenos municípios que descrevem o que na atualidade os constitui: lugares centrais prósperos localizados, sobretudo, em áreas incorporadas à intensa industrialização do campo; pequenos centros funcionalmente especializados relacionados principalmente à produção industrial de tecidos, confecções, calçados, cerâmica, papel, móveis, equipamento para as atividades agrárias, tapetes, entre outros bens; cidades pequenas que foram transformadas em subúrbio-dormitórios; cidades pequenas localizadas a uma distância próxima a cidades maiores; focos de concentração de trabalhadores agrícolas derivados do processo de modernização do campo, do aumento da concentração fundiária, ou seja, verdadeiros reservatórios de força de trabalho os quais ocorrem tanto em áreas de povoamento recente, como em áreas integradas ao complexo agroindustrial; e por fim, núcleos dependentes de recursos externos que são típicos de áreas agrícolas muito pobres e esvaziadas demograficamente, que sobrevivem por meio de recursos externos, oriundos principalmente de transferências do governo federal e estadual.

Nessa conjuntura, o município de Ritápolis caracteriza-se por ser uma pequena cidade que se encontra próxima a uma cidade maior, São João del-Rei. A pouca distância estimula e viabiliza movimentos pendulares entre as cidades pequenas e aquelas que as polariza. Branco et al. (2005) definem a mobilidade pendular como um deslocamento entre o município de residência e outras cidades, com finalidade específica, não somente para o trabalho, como também para compras e lazer. Além disso, é preciso considerar que os principais elementos avaliados para a escolha do local de residência, disponibilidade de moradia, custo da moradia, custo do solo, custo do aluguel, disponibilidade a serviços estruturais, disponibilidade de transporte, e tempo e custo de deslocamento, relacionam-se com os aspectos da estrutura urbana e do mercado de trabalho, sendo o conjunto dessas variáveis determinantes para a relação entre movimentos migratórios e pendulares. A pouca diversidade das atividades de comércio e serviços, o baixo dinamismo econômico e o uso predominantemente residencial de alguns municípios são os elementos característicos das cidades-dormitório, que são cidades essencialmente utilizadas como local de residência enquanto as demais atividades cotidianas, especialmente o trabalho, são realizadas em outros municípios (CAIADO, 2005).

A complexidade e a intensificação da mobilidade populacional não são resultantes apenas da "[...] evolução dos meios de transportes, mas também, são consequências das transformações sociais e econômicas, designadamente com a chegada das mulheres ao mercado de trabalho e com as novas organizações de trabalho (tempo parcial, turnos) [...]" (INE, 2003, p. 08). Os habitantes de Ritápolis, seja em transporte coletivo, seja em transporte individual, realizam o movimento pendular diariamente para trabalhar e estudar nas instituições de ensino em São João del-Rei, porque os cálculos de custos e benefícios mostram que o deslocamento diário é mais vantajoso financeiramente para aqueles que o praticam, ao considerar que a distância entre as duas cidades é pequena, o que facilita a locomoção diária, além disso, existe o desejo de muitos em permanecerem próximos aos familiares e amigos. Os movimentos pendulares da população tornam-se uma dimensão importante, ao influenciar a decisão de mudar ou não da localidade de residência, já que com este movimento, a mudança de emprego não corresponde necessariamente a uma mudança de residência (BAENINGER, 1999). Logo, o movimento pendular é uma questão funcional que resulta da organização do território e da não coincidência entre o local de residência e os locais de trabalho ou estudo (INE, 2003).

Ademais, vale mencionar que o município de Ritápolis depende de recursos externos, oriundos principalmente do governo federal e estadual, os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) constituem um montante expressivo dos recursos do município, sendo considerável a parcela de receitas orçamentárias. Nesse contexto, a cidade subsiste quase que exclusivamente de transferências do Estado e da União, uma vez que o volume arrecadado pelo município através de impostos é insuficiente para atender as demandas de serviços e políticas públicas, sendo quase totalmente dependente de repasses governamentais. Como consequência, há um desenvolvimento lento e ineficiente do município, além de movimentos migratórios da população em direção às cidades médias e grandes, em busca de oportunidades de trabalho. O município não apresenta condições estruturais adequadas à autonomia, condições essas, apresentadas sob a forma de uma infraestrutura pública necessária à manutenção do município, como rede de saúde de ampla cobertura, iluminação pública, rede educacional, de segurança pública e de saneamento básico, que tornam-se fundamentais à atração de investimentos posteriores, como indústrias e serviços, sendo, dessa maneira, subordinado à municípios

vizinhos maiores, e ao próprio governo, através das transferências constitucionais ao município, que constitui a principal fonte de recursos da cidade.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo município, cabe pontuar ainda que os legisladores e executores das políticas públicas do município, assim como em outras pequenas cidades, agem majoritariamente a partir de critérios individualistas e pragmáticos cujo objetivo principal é a reeleição, o que parece bastante limitado, já que é função dos gestores municipais relacionar-se com toda a população, e não apenas com as clientelas parciais que os elegem. O IFE (2003) compreende o clientelismo como uma relação de troca entre eleitores e candidatos, visto que a sociedade demanda de serviços públicos que geralmente não são obtidos mediante o mercado, e os candidatos, em tempos de campanha eleitoral ou quando são eleitos, promovem a concessão desses serviços em troca do voto do eleitor. Por conseguinte, os representantes do poder público municipal agilizam o acesso ao tratamento de saúde do eleitor cliente, o transporte da zona rural para a cidade, e os recursos de assistência social, entre outras ações que não condizem com a real função de um representante político (ANDRADE, 2005).

Nesse âmbito, a igualdade de todos os cidadãos fica comprometida quando alguns têm acesso diferenciado aos serviços públicos como forma de compensação pela troca e, por consequência, a soberania popular obtida pelo resultado das eleições tende a ser substituída pelo interesse egoísta de candidatos clientelistas eleitos por meios ilícitos. Almeida & Lopez (2012) reiteram que quanto menor a dimensão populacional, maior é o contato direto entre os próprios habitantes, e mais favoráveis estão à formação de um padrão de sociabilidade comunitária embasada na confiança interpessoal, que influencia a sustentação de relações clientelistas, ao considerar que os moradores de pequenos municípios são menos propensos a conceber a relação clientelista em termos puramente instrumentais, e mais propensos a naturalizá-la como uma prática cotidiana, o que a torna mais enraizada. Amorim (2008), ao traçar um panorama entre o clientelismo e as políticas públicas, declara que as práticas clientelistas impedem a melhor promoção das políticas públicas, na medida em que individualizam e privilegiam o acesso a determinados serviços públicos ao invés de torná-los amplos e universais.

A modernização agrícola impõe novas funções às cidades pequenas que desempenham o papel de cidades econômicas, ao atender o entorno com atividades de serviços como bancos, hospitais e centro comercial, contudo, mesmo com a diversidade de

serviços, as pequenas cidades caracterizam-se pela pequena base produtiva e por empregos com baixa arrecadação municipal, o que leva a administração pública a trabalhar com orçamentos restritos e a depender de transferências fiscais de outras esferas do governo. Segundo Costa & Rocha (2013), o esvaziamento populacional, a subordinação territorial, a dependência econômica e os indicadores sociais críticos são desafios reais postos às pequenas cidades. O decréscimo populacional ocasiona consequências para as pequenas cidades, ao perder indivíduos economicamente ativos e receber menos recursos públicos estaduais e federais que levam em consideração o número de habitantes das cidades. A fase da vida e o percurso social em que o indivíduo se encontra são considerados quando se opta por migrar, dessa forma, as pessoas mais jovens disporiam de um tempo maior para usufruir dos efeitos benéficos esperados de uma possível migração, ao contrário das pessoas que se encontram em faixas etárias superiores.

Melo (2008) reconhece a existência de quatro situações para as pequenas cidades, a primeira equivale àquelas inseridas em áreas economicamente dinâmicas, como em áreas de agricultura moderna, que conseguem atender as demandas básicas da sua população. A segunda situação, na qual Ritápolis se enquadra, se refere às pequenas cidades que funcionam como reservatório de mão-de-obra e caracterizam-se pelos processos migratórios, sobretudo de pessoas em idade ativa, sendo as rendas procedentes de transferências, sobretudo do Estado. A terceira diz respeito àquelas pequenas cidades que se inserem em um contexto socioeconômico mais amplo, como as turísticas e industriais, enquanto a quarta e última situação corresponde às pequenas cidades próximas aos entornos metropolitanos. Em pequenos municípios, as taxas de evasão populacional tendem a ser geralmente mais elevadas e a mobilidade de grupos sociais relacionada à necessidade de trabalho é considerada forçada, pois é algo decorrente da luta de classes pela sobrevivência e independe da vontade pessoal (GAUDEMAR, 1977).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Ritápolis apresentou um significativo decréscimo populacional ao longo das últimas quatro décadas, sendo a busca por emprego um dos principais motivos que levam os habitantes do município a migrarem para outras cidades, além disso, cabe mencionar que o ingresso ao ensino superior faz com que os jovens deixem o município de origem e sigam em direção às cidades maiores, onde encontram-se as instituições de ensino superior. Os habitantes de Ritápolis precisam lidar com a carência de desenvolvimento político, social e econômico, limitação de políticas públicas, ausência de emprego, problemas de infraestrutura, saúde pública precária, baixos salários, carência de atividades culturais e pouco apoio à agricultura familiar. Por consequência, os residentes avançam em sentido à centros regionais mais dinâmicos próximos ao município, com o intuito de realizar atividades relacionadas ao consumo de mercadorias, recebimento de salários, realização de empréstimos bancários, consultas médicas especializadas, realização de cursos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores. Nesse âmbito, é necessário pontuar que o encolhimento populacional acarreta consequências para as pequenas cidades, ao perder indivíduos economicamente ativos e receber menos recursos públicos estaduais e federais que levam em consideração o número de habitantes das cidades.

O saldo migratório do município, que representa a diferença entre o número de imigrantes e emigrantes entre 2000 e 2010, é negativo, ou seja, o número de pessoas que deixaram a cidade é maior se comparado com o de pessoas que chegaram ao município. Ademais, os habitantes que não migram para outras cidades realizam movimentos pendulares diários especialmente para São João del-Rei, para trabalhar, estudar ou realizar serviços que não se encontram disponíveis em Ritápolis, a maioria das pequenas cidades exibe uma urbanização frágil, assim como, possui papéis urbanos pouco expressivos, com ausência ou insuficiência de infraestruturas, equipamentos e serviços que proporcionem qualidade de vida aos habitantes. Nesse contexto, Ritápolis além de apresentar um intenso grau de dependência em relação a outras cidades, quanto aos serviços especializados de saúde, educação, administração, entre outros, ainda é dependente de recursos externos, sendo a receita da cidade advinda essencialmente da transferência de recursos do governo, já que o volume arrecadado pelo município através de impostos é insuficiente para atender as demandas de serviços e políticas públicas.

As cidades pequenas caracterizam-se pelas dimensões espaciais, número de habitantes, pouca diversidade de funções urbanas, dependência de um centro maior, temporalidade lenta, relação com a vida rural e proximidade entre os moradores (COUTINHO, 2011). Dessa maneira, é comum que os dirigentes administrativos das políticas públicas de Ritápolis relacionam-se com os eleitores através da troca de favores individuais e do acesso diferenciado aos serviços públicos, característicos de práticas clientelistas, comuns às pequenas cidades. Carvalho (1998) declara que o clientelismo indica um tipo de associação entre atores políticos que abrange concessão de benefícios públicos em forma de benefícios fiscais ou isenções em troca de apoio político especialmente sob a forma de voto. Os legisladores e executores do município agem majoritariamente a partir de critérios individualistas e pragmáticos cujo objetivo é a reeleição, o que parece bastante limitado, uma vez que é função dos gestores municipais relacionar-se com toda a população, e não apenas com as clientelas parciais que os elegem. Os administradores públicos, ao privilegiar os clientes que o nomeiam, e não permitir que o bem-estar social seja um princípio coletivo, evidenciam ser portadores de uma cultura política marcada pela contrariedade aos valores democráticos e pelo privilégio aos princípios clientelistas.

Costa & Rocha (2013) afirmam que a dependência econômica, o esvaziamento populacional, a subordinação territorial e os indicadores sociais críticos são desafios reais postos aos pequenos municípios, para tais cidades, como Ritápolis, reverterem o quadro atual, torna-se necessário promover estratégias de desenvolvimento local integrado. Por conseguinte, o desenvolvimento local integrado compreende que toda comunidade se conscientize a respeito dos problemas enfrentados pela cidade e reflita em conjunto a respeito de um plano de desenvolvimento municipal, que considere as potencialidades de cada indivíduo e do local, sendo a inovação e a criatividade elementos primordiais. Os estímulos ao desenvolvimento local integrado, com o suporte do governo municipal, estadual e federal, contribuem para a melhoraria da qualidade de vida da população que reside em pequenos municípios, de forma a oferecer oportunidades para que a população decida se deseja ficar ou partir, sem que a mobilidade seja forçada e obrigatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. & LOPEZ, F. **Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no poder local**. IPEA: textos para discussão, n. 1779, p. 01-39, 2012.

AMORIM, C. A. N. **Princípio republicano, cargo em comissão e clientelismo político nos municípios do estado do Rio de Janeiro: reflexões sobre a profissionalização da função pública no Brasil**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Administração Pública), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

ANDRADE, E. T. **Democracia, orçamento participativo e democracia: um estudo comparativo das experiências de Porto Alegre e Blumenau**. Doutorado em Ciência Política - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 249, 2005.

AUGUSTO, C. A. & SACHUK, M. I. Competitividade da agricultura orgânica no estado do Paraná. **Caderno de Administração**, v. 15, n. 02, p. 09-18, 2008.

BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior**: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes. Brasil, 1980-1996, Tese de Doutorado: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

BASSI, C.; BARBOSA, F. & ARAÚJO, H. A multicausalidade dos processos migratórios: em busca de evidências empíricas. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 2006.

BECKER, O. M. S. **Mobilidade Espacial da população: conceitos, tipologia, contextos**. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs). Explorações Geográficas: percursos no fim do Século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 320-367, 2006.

BRANCO, M. L. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. & MOURA, R. **Movimento pendular**: **abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador**. Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. ANPUR: Salvador, 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. **Plano de Manejo da FLONA de Ritápolis**. Ministério do Meio Ambiente - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Brasília, 2005.

BRUMES, K. R. **Redes em espaços migratórios**: Uberlândia - MG, 2010.

CAIADO, M. C. S. Estruturação intraurbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 22, n. 01, p. 55-88, 2005.

CARNEIRO, M. J. **Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias políticas**. In: Costa, L. F. C.; Moreira, R. J. & Bruno, R. Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, p. 323-344, 1999.

CARVALHO, H. C. B. **Artesanato de Caixeta em São Sebastião, SP**. Dissertação de Mestrado em Ciências Florestais. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", 2001.

CARVALHO, J. M. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo**: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, J. M. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. UFMG, 1998.

CENSO AGROPECUÁRIO: 2006. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra)**. Rio de Janeiro, 2011. Acesso em: 21 mai. 2021.

CORRÊA, R. L. Perspectivas da urbanização brasileira: uma visão geográfica para o futuro próximo. In: **Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Florianópolis, 2007.

COSTA, F. R. D & ROCHA, M. M. **Desenvolvimento local em municípios periféricos**. In: BOVO, M. C.; TÖWS, R. L. & COSTA, F. R. Estudos urbanos em perspectiva: reflexões, escalas e desafios. Campo Mourão: Editora Fecilcam, p. 49-68, 2013.

COUTINHO, R. Z. **A carne é fraca**: religião, religiosidade e iniciação sexual entre estudantes do ensino médio na Região Metropolitana de Belo Horizonte, p.165, 2011.

COUTINHO, S. A. Perfil, relações e necessidades: uma breve análise sobre as cidades pequenas. **GeoTextos**, v. 07, n. 01, p. 83-104, 2011.

CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **Revista Inter. Mobilidade Humana**. Brasília, nº 39, p. 29-50, 2012.

CUNHA, J. M. P. & BAENINGER, R. **A migração nos estados brasileiros no período recente**: principais tendências e mudanças, 2000.

ERVATTI, L. R.; BORGES, G. M. & JARDIM, A. P. **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções de população**. Rio de Janeiro, 2015.

FREY, H. & DOTA, E. M. **O Censo de 2010 e as primeiras leituras sobre a mobilidade espacial da população na Região Metropolitana de Campinas**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 18, n. 01, p. 226-243, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Perfil demográfico do Estado de Minas Gerais - 2002**. Belo Horizonte, 2003. Acesso em: 18 abr. 2021.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editora Stampa, 1977.

GEORGE, P. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

HOYLE, B. **Moderno transporte geográfico**. Nova York, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acesso em: 08 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Mobilidade casa-trabalho da população empregada residente na área metropolitana do Porto: 2000**. Porto, Portugal: Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Norte, 2003.

KIRK, D. **Demographic transition theory**. Population Studies, London: University of London, London School of Economics and Political Science - LSE; Oxfordshire: Taylor & Francis, v. 50, n. 03, p. 361-387, 1996.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: Moura, H. A. D. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), p. 89-114, 1980.

MATOS, R. **Geografia da população**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.164, 2011.

MELO, N. A. D. **Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 527, 2008.

MENEZES, A. G. **Por um Brasil melhor, como queria Tiradentes**. Belo Horizonte (MG), p. 92, 2003.

MESQUITA, L. A. P. D. & MENDES, E. D. P. P. Agricultura familiar e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. **Espaço em Revista**, Universidade Federal de Goiás, v. 14, n. 01, p. 14-23, 2012.

MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J. G. R. Dicionário, Geográfico, Histórico e descritivo do Império do Brasil. Tomo II. Pariz, p. 501, 1845.

MINCER, J. **Family migration decisions**. Center of Economic Analysis of human behavior and social institutions. National Bureau of Economic Research. New York, 1977.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Ed. Saga, p. 240, 1965.

NOGUEIRA, O. J. O. Migrações internas tentativas de se buscar uma teoria. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 06, n. 01, p. 38-47, 1991.

OMMEREN, J. V.; RIETVELD, P. & NIJKAMP, P. **Job moving, residential moving, and commuting: a searching perspective**. Journal of Urban Economics, v. 46, p. 230-253, 1999.

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações**: teorias micro e macro-sociológicas. SOCIUS Working Papers, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: Organização das Nações Unidas.

RAVENSTEIN, E. G. **As Leis da Migração**. In: MOURA, H. A. Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 19-88, 1980.

ROCHA-TRINDADE, M. B. **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

ROCHA, A. L. C. & ECKERT, C. **Um projeto antropológico**: o estudo da memória do trabalho na cidade moderno-contemporânea. In: ECKERT, C. & ROCHA, A. L. C. (Org.). Etnografias do trabalho, narrativas do tempo. Porto Alegre: Marcavisual, p.16-51, 2015.

RODRIGUES, H. F. & SOARES, P. R. R. **Quando a cidade e o campo se encontram**: tendências atuais da relação urbano-rural no Vale dos Sinos em Paranhana. 2008.

SALIM, C. A. **Migrações internas**: A necessidade de novos paradigmas. Universidade Federal de Sergipe, 1992.

SANTOS, M. A.; BARBIERI; A. F.; CARVALHO, J. A. M. & MACHADO, C. J. **Migração**: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Belo Horizonte: UFMG, p. 18, 2010.

SINGER, P. **Migrações internas**: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, H. A. Migração interna: textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, p. 211-244, 1980.

SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration. **Journal of Political Economy**, p. 80-93, 1962.

SOUZA, P. M.; FORNAZIER, A.; PONCIANO, N. J. & NEY, M. G. Agricultura familiar versus agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. **Documentos Técnico-Científicos**, v. 42, n. 01, 2011.

TODARO, M. P. A model of labor migration and urban unemployment in less-developed countries. **American Economic Review**, v. 59, p. 138-48, 1969.

VASCONCELOS, V. M. **Migração e pendularidade**: as consequências de atração da população para o município de Toritama. Recife, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, p. 21-55, 2001.

WOOD, C. H. & CARVALHO, J. A. M. Desigualdade de Renda e Expectativa de Vida. In: WOOD, C. H. & CARVALHO, J. A. M. A demografia da desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, p.101-119, 1994.